



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
PÁLACIO JOSÉ DE SOUSA SOBRINHO
CNPJ Nº 01.006.870/0001 – 30
Gestão 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE
CACHOEIRINHA/TO
PÁG. Nº 79

PARECER TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

PROTOCOLO Nº. 04/2024;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. Dispensa nº 01/2024 – Art. 75, inciso "II", da Lei nº 14.133/2021.

INTERESSADO: Câmara Municipal de Cachoeirinha – Estado do Tocantins.

OBJETO: Execução dos serviços técnico-administrativos junto ao setor de Recursos Humanos – RH, do poder legislativo de Cachoeirinha/TO.

APRECIACÃO

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, arts. 32 e 36 da Constituição Estado do Tocantins, no art. 72, inciso III da Lei de Licitações, Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referente ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e ainda, visando orientar o Administrador Público, e dessa forma, a seguir, manifesto as considerações adiante.

CONTRATADO

A empresa **53.295.550 ANDRE PEREIRA RODRIGUES**, inscrita no CNPJ sob o nº 53.295.550/0001-41, com sede na Rua José Feliciano Ferreira, s/nº, Centro- CEP: 77.903-000, e-mail: andrepdf.14@gmail.com, na cidade de Luzinópolis/TO, Fone:(63) 99267-6234.

RELATÓRIO

Nos autos e atrelado ao procedimento licitatório, faço parte integrante deste relatório a análise jurídica nos termos do art. 72, inciso III da lei 14.133/2021, que abordou a legalidade dos atos praticados e no cenário jurídico, como ainda a regularidade no que se remete a minuta do contrato.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, inciso XXI, condicionou a contratação com o poder público, em qualquer das esferas de poder, à realização de prévio procedimento licitatório, no entanto, a própria Carta Magna ressalva casos em que a



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
PÁLACIO JOSÉ DE SOUSA SOBRINHO
CNPJ Nº 01.006.870/0001 – 30
Gestão 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE
CACHOEIRINHA/TO
PÁG. Nº 80

legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem necessidade de tal procedimento em sua totalidade, como se estabelece as excepcionalidade constante na lei nº 14.133/2021.

A lei 14.133, de 01 de abril de 2021, também conhecida como Lei de Licitações, estabelece as normas que regem os procedimentos licitatórios, bem como os contratos que envolvem a Administração Pública.

Excepcionalmente é dispensável a licitação quando cumpridos os requisitos expressos na lei, e que se amoldam ao objeto a ser licitado, desde que se enquadrem nos meandro legais como estabelecido no art. 75, inciso "II", da lei nº 14.133/2021.

Desta feita a Lei Federal nº 14.133/2021 excepciona, em seus artigos 74 e 75, a regra de prévia licitação. Ora, em razão de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, mas pela particularidade do caso, e no caso em apenso o valor do procedimento de contratação, e ainda o interesse público em que refutaria inconveniente, como é o caso da **DISPENSA**, em suas particularidades, ora quando houver inviabilidade de competição como previsto na legislação, em arrolamento exaustivo, no Art. 74, e ou quando se reporta a limitação do valor a ser adquirido ou contratado, com instado no art. 75, incisos I e ou II, da Lei Federal 14.133/2021, que tratam respectivamente da inexigibilidade e dispensa de licitação.

O art. 75, inciso "II", da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I -

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Insta esclarecer que os valores, previsto nos incisos acima foram atualizados, através do Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023, onde atribui ao inciso I, o valor de R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil, oitocentos e doze reais e dois centavos). O inciso II, teve seu valor majorado para a importancia de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).

Verifica-se que no caso em apreço que os requisitos legais que autorizam a dispensa de licitação estão devidamente cumpridos.



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
PÁLACIO JOSÉ DE SOUSA SOBRINHO
CNPJ Nº 01.006.870/0001 – 30
Gestão 2023/2024

Nos autos em apreciação consta no referido processo a adequada caracterização de seu objeto, indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, justificativa e autorização prévia, como assim requer a legislação.

O presente processo, encontra-se ainda, em perfeita consonância com o art. 72, e seus incisos e paragrafo unico, todos da lei nº 14.133/2021, comprovando em todos os atos e documentos juntados o que apregoa o artigo e inciso citado onesse paragrafo.

O art. 72, incisos e paragrafo unico da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Insta referendar qua o procedimento de dispensa de licitação deve ser publicada a intenção da comtratação como assim estabelece o atr. 75, § 3º da nova Lei de Licitações.

O art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

